

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

LUCAS DE ALMEIDA OLIVEIRA

**ANÁLISE DE DOCUMENTOS NORTEADORES À PRÁTICA
PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**

Brasília

2017

Resumo: O estudo teve por objetivo realizar uma análise documental do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal e buscou analisar o conhecimento dos regentes a cerca desse documento. A Metodologia do estudo consistiu na análise dos livros do Documento Oficial (Currículo em Movimento) e possui uma amostra de 12 regentes de 7 escolas da Regional Plano Piloto/Cruzeiro que foram sorteadas de maneira aleatória, sendo que os professores participaram de entrevista gravada com base em um questionário de 21 perguntas sobre o conhecimento didático dos professores de Educação Física. Os resultados da pesquisa mostraram que o Currículo Movimento não apresenta algo direcionado e específico no Ensino infantil e Fundamental - Anos iniciais, e já para o Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio apresenta objetivos e conteúdos amplos, porém mais direcionados. A maior parte dos professores entrevistados não apresentou um bom conhecimento desse documento norteador. Concluiu-se que o documento oficial pode não ser um parâmetro norteador eficiente para o Ensino Infantil e Fundamental – Anos Iniciais, e que mostrou um campo amplo de objetivos e conteúdos para o Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. A falta de coerência dos objetivos e conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física com o Currículo em Movimento mostrou que devido a falta de comprometimento e alinhamento da equipe o documento acaba não sendo muito bem implementado.

Palavras Chave: Educação Física, Documentos Oficiais, Currículo em Movimento, Conteúdos da Educação Física, Objetivos da Educação Física.

Introdução

O estudo busca analisar o conhecimento didático dos professores de Educação Física das escolas públicas do Distrito Federal, levando em consideração o Currículo em Movimento do Governo do Distrito Federal, que funciona como parâmetro norteador da prática docente escolar, tendo o foco na área da Educação Física.

A Educação passou por um longo processo de sistematização e regulamentação, visto que isso veio se tornando mais arrojado, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, além de reconhecer as Leis Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais (LDB), Plano Nacional de Ensino (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) viu a necessidade da elaboração de um documento norteador à prática pedagógica no Distrito Federal.

Por meio disso criaram o Currículo em Movimento, que parte de uma proposta de Educação que visa a adoção da concepção de Educação Integral na visibilidade social a grupos e segmentos sociais, cooperando para a mobilidade social e a garantia de direitos, contemplando as diversas dimensões da formação humana, no comprometimento de diferentes atores sociais com o direito de aprender, reconhecendo os(as) estudantes como sujeitos de direitos e deveres e na busca da garantia do acesso e da permanência dos(as) estudantes com sucesso. (DISTRITO FEDERAL, 2013).

O Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito federal, afirma ter uma proposta de Educação Integral, fundamentado em princípios como: integralidade, intersectorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Para responder ao objetivo do estudo acerca do professor de Educação Física, analisou-se a sua compreensão e percepção ao processo didático desenvolvido em regência escolar. Dessa maneira, a indagação a ser respondida é: Qual a proposta do Currículo em Movimento para a Educação Física Escolar e o conhecimento do professor acerca desse documento norteador à prática pedagógica?

Métodos

O estudo foi desenvolvido pelo Laboratório de Análise de Desempenho Esportivo (LADESP), o tema central da pesquisa foi o “Conhecimento Didático dos professores de Educação Física da Secretaria de Ensino do Distrito Federal”, especificamente na Regional de ensino Plano Piloto/Cruzeiro. Acerca desse estudo, dividido em sete frentes, foi elaborado um roteiro de entrevista com 21 questões acerca de temas como: Objetivos, Métodos, Conteúdos, Avaliação, Recursos Materiais, Formação Acadêmica e Documentos Oficiais, que é o tema central deste trabalho.

Tendo como base os documentos oficiais LDB, PCN e principalmente o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, este estudo fez uma análise da disciplina de Educação Física nesse documento, sendo os livros do Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e o do Ensino Médio, trazendo o real sentido de sua criação, seus objetivos, conteúdos e a proposta de Educação para o Governo do Distrito Federal, todos de uma maneira padrão para a proposta de nortear os docentes da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Para a realização da pesquisa completa, foi determinado o número de sete escolas da Regional Plano Piloto/Cruzeiro, selecionadas por meio de sorteio aleatório realizado pelo professor orientador no Laboratório de Análise de Desempenho Esportivo (LADESP) com a presença de membros da pesquisa. Para a inclusão da escola no sorteio, foram determinados critérios, dentre eles: ser Centro de Ensino Fundamental (CEF) e não podendo conter duas ou mais escolas na mesma Região Administrativa do Distrito Federal, exceto Asa sul e Asa norte, que ficaram definidas duas escolas por cada uma. Dessa maneira, excluindo toda e qualquer escola que não se incluísse nos critérios adotados.

Além da análise dos livros do Currículo em Movimento Anos iniciais, Anos Finais e Ensino médio, o estudo possui uma amostra que foram os docentes de Educação Física em regência do Distrito Federal da regional de ensino do Plano Piloto/Cruzeiro que foram convidados pessoalmente em visitas à escola. Dessa maneira,

foram enviados convites para participarem da entrevista. Limitou-se a amostra aos professores do Ensino Fundamental – Segundo ciclo, tendo como critério de inclusão o cargo em exercício dos docentes. Os participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecimento de pesquisa. Para o delineamento do artigo, foi usado o roteiro de pesquisa composto por 21 questões de caráter biográficas e específicas.

O estudo possui um número de sete escolas, que foram selecionadas por meio de sorteio aleatório. Dentro das escolas participantes do estudo, foram convidados dezessete professores de Educação Física que se enquadravam nos critérios de inclusão. Do total de convites realizados (17), treze aceitaram participar da pesquisa respondendo o questionário por meio de entrevista gravada. Os áudios das entrevistas estruturadas com base no questionário de vinte e uma questões construído no estudo foram gravados e em seguida transcritos para a análise e discussão dos dados.

História do processo de escolarização

O surgimento da escola se deu nas antigas civilizações da Mesopotâmia e do Egito, nessas antigas civilizações a escola era restrita, e atendia apenas as elites. No século XVIII com a ascensão do movimento do Iluminismo, a escola passou por uma mudança, sendo influenciada principalmente pelo pensamento idealista de uma escola para todos (REVELAT, 2009).

No ensino daquela época a criança recebia aulas particulares em sua residência, onde era mais voltada para o ensinamento de valores e condutas sociais básicas, e este mesmo aluno frequentava a escola para aprender habilidades instrumentais básicas, como por exemplo: ler, calcular e escrever. Sendo assim, o ensino ficou dividido em educação e instrução. Com o impacto do iluminismo, a escola passou a trabalhar a educação com a função de instrução, pois no decorrer do século XIX e XX, o ensino já passava a ser obrigatório na maioria dos países (REVELAT, 2009).

Por parte do iluminismo influenciado pelo pensamento idealista de escola para todos, elas passaram a receber um maior número de estudantes e com esse processo que

se deu de forma rápida, a escola acabou não conseguindo suprir as necessidades, pois não estava preparada para essa mudança repentina. Segundo REVELAT (2009) antigamente o modelo escolar sempre havia sido elitista, com a mudança de uma hora para a outra para um modelo democrático, acarretaram dificuldades, como a evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas relacionados à expansão do ensino. Porém, na Constituição de 1823, pela primeira vez se associou apoio universal e educação popular - uma como base do outro, dessa maneira, a afirmação de modelo escolar sempre elitista deixa de ser verdade.

Escola no Brasil

Com a chegada dos primeiros padres jesuítas em 1549, iniciou-se a história da educação no Brasil. Esses primeiros jesuítas eram movidos por um intenso sentimento religioso de propagação da fé cristã. Sendo que durante dois séculos foram catequizando o país e os únicos educadores no Brasil. A Companhia de Jesus fundou inúmeras escolas primárias, porém, a prioridade dos jesuítas foi sempre a escola secundária, grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios reconhecida por sua qualidade, alguns dos quais chegaram mesmo a oferecer modalidades de estudos equivalentes ao nível superior (NETO SHIGUNOV, 2008).

Em seguida, o panorama da Educação no Brasil passou por momentos conturbados no qual o ensino primário/básico hora tal estava em ascendência e em outra hora estava em decadência e de maneira elitista, devido a ações tomadas pelo governo da época (NETO SHIGUNOV, 2008).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias, dessa maneira acabaram deixando um enorme vazio nas décadas seguintes. O ministro D. José I, o Marquês de Pombal, trouxe algumas medidas, sobretudo a instituição do Subsídio Literário, imposto criado para financiar o ensino primário, porém, não surtiu efeito. (NETO SHIGUNOV, 2008)

Apenas no início do outro século, em 1808, com a mudança da sede de Portugal e a vinda da família Real para o Brasil, a educação e a cultura ganharam certo apoio,

com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores (LEITE, 1965).

Com a independência do país, conquistada em 1822, ocorreram algumas mudanças no panorama sócio-político e econômico, e inclusive em políticas educacionais. Na Constituição de 1823, pela primeira vez se associou apoio universal e educação popular - uma como base do outro. Esse movimento de ideias trouxe resultados como, surgiu o compromisso do Império, na Constituição de 1824, em assegurar "instrução primária e gratuita a todos os cidadãos", confirmado logo depois pela lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primárias em todas as cidades, vilas e vilarejos.

Alguns anos depois da promulgação do Ato Adicional de 1834, que delegou às províncias a responsabilidade de legislar sobre a educação primária, essa ação comprometeu em definitivo o futuro da educação básica, pois possibilitou que o governo central se distanciasse da responsabilidade de garantir educação básica para todos (RIBEIRO, 2001).

Na década de 1920 o Brasil encontrava-se em um cenário econômico-cultural e político conturbado e a partir disso o país começou repensar a respeito desses temas. As mudanças foram debatidas e anunciadas em diversos setores sociais. A Educação estava inserida nesse panorama de elaboração de novos horizontes. Inúmeras reformas do ensino primário foram feitas em âmbito estadual. A partir disso surgiu a primeira grande geração de educadores, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros, que lideraram o movimento, tentaram implantar no Brasil os ideais da Escola Nova e divulgaram o Manifesto dos Pioneiros em 1932, documento que sintetizou os pontos principais que esses autores lutavam para definir, dessa forma, ajudaram a redefinir o papel do Estado em matéria educacional (LIMA, 1975).

A Constituição promulgada 1934 consignou avanços significativos na área educacional, incorporando muito do que havia sido debatido em anos anteriores. No entanto, em 1937, instaurou-se o Estado Novo concedendo ao país uma Constituição autoritária. Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais foram retomados

e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviados ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961, Lei nº 4.024. As Leis Diretrizes e Bases da Educação vieram para garantir e oficializar as áreas do conhecimento, dentre elas, a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da Escola, como componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

No período que compreende a queda do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugurou um novo período autoritário, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças significativas, destacando-se entre elas o surgimento da atual Fundação CAPES, que é a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, a instalação do Conselho Federal de Educação, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior.

Em 1969 e 1971, foram aprovadas respectivamente a Lei 5.540/68 e 5.692/71, introduzindo mudanças significativas na estrutura do ensino superior e do ensino de 1º e 2º graus, cujos diplomas vieram basicamente em ardor até os dias atuais.

A Constituição de 1988, promulgada após amplo movimento pela redemocratização do País, procurou introduzir inovações e compromissos, com destaque para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo. (RIBEIRO, 2001)

Ao decorrer dos séculos, a Educação passou por um longo processo de sistematização e regulamentação, até chegarmos ao ponto central deste artigo, os documentos oficiais.

Inserção da Educação Física no contexto escolar

Atualmente, o modelo mais comum e vigente na sociedade, concebe a escola como uma instituição voltada para o ensino de alunos sob a direção de professores. O

sistema escolar funciona seguindo a lógica em que os estudantes progridem através de uma série de níveis escolares e sucessivos. Os nomes para esses níveis nas escolas variam por país, mas geralmente incluem o ensino fundamental (ensino básico) para crianças e o ensino médio (ensino secundário) para os adolescentes que concluíram o fundamental.

Em 1854, a ginástica se tornou uma disciplina obrigatória no primário e a dança no secundário. Já em 1882, foi realizada uma reforma por Rui Barbosa, onde houve uma recomendação para que a ginástica fosse obrigatória para ambos os sexos e que a disciplina também fosse ofertada nas escolas normais. Essa lei foi implementada em parte, apenas nas escolas militares da capital federal da época, Rio de Janeiro.

Apenas na segunda década do século XX a Educação Física começou a se tornar uma disciplina mais frequente nas reformas Educacionais, porém, reconhecida como ginástica (Betti, 1991). Dando sequência a linha cronológica, na década de 1930 a sociedade passa a entender a Educação Física numa ótica Higienista, onde o principal objetivo era melhorar hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico, a partir do exercício físico. Em seguida, a identificação da ginástica na escola passa a ser entendida, e que deveria ser melhorada e sistematizada, e assim os métodos ginásticos passam a serem utilizados na escola com o objetivo do aprimoramento físico dos indivíduos.

A Educação Física na escola ao longo do século XX, seus objetivos e propostas educacionais estiveram em constante mudança. Todas as tendências anteriores influenciam hoje a formação e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física. (DARIDO, 2003)

Atualmente, coexistem, na área da Educação Física, diversas concepções sobre qual deve ser o papel da Educação Física na escola. Essas concepções têm em comum a tentativa de romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional. São elas: Humanista; Fenomenológica; Psicomotricidade, baseada nos Jogos Cooperativos; Cultural; Desenvolvimentista; Interacionista-Constructivista; Crítico-Superadora;

Sistêmica; Crítico-Emancipatória; Saúde Renovada, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998); além de outras (DARIDO, 2003).

Documentos Oficiais

Leis Diretrizes e Bases da Educação - LDB

Em 1961 foram sancionadas as Leis Diretrizes e Bases da Educação que garantem e oficializam a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da Escola, como componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (BRASIL, 1996)

Segundo a Lei nº 9.394/96 dispõe para a Educação Básica o ensino fundamental e médio devem possuir uma base nacional de seus currículos para o estabelecimento escolar, de maneira diversificada, atendendo as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos clientes.

Essa lei garante a Educação Física como disciplina integrada à proposta pedagógica da escola, como componente curricular obrigatório da Educação básica, sendo facultativa ao aluno que tenha jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, maior de trinta anos de idade, que estiver prestando serviço militar ou em situação similar que esteja obrigado à prática da Educação Física

Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados com o intuito de constituírem um referencial de qualidade para a educação no ensino em todo o País. Com a função de orientar e garantir coerência dos investimentos ao sistema educacional, trazendo a tona discussões, recomendações, pesquisas, e subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros. A realidade da Educação brasileira é encarada de forma sucateada, e é confirmada pelos professores e alunos. Os PCN's também vieram para subsidiar a participação de técnicos e professores brasileiros, sendo

principalmente aqueles que se encontram mais isolados e com o menor contato com a produção acadêmica pedagógica atual. (BRASIL, 1997)

Por sua natureza, os PCN's configuram uma proposta flexível, que são construídas com base das decisões regionais e locais sobre currículos e programas de transformação de realidade educacional implementados por autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Sendo assim, não configuram um modelo curricular homogêneo e impositivo.

Segundo o documento livro 7 dos conteúdos dos Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental, são divididos em blocos para melhor contextualização e aplicação no âmbito escolar: esportes, jogos, lutas, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas e conhecimentos sobre o corpo.

Atualmente, o documento que serve como um guia de orientação para a prática docente na rede pública de escolas do DF, é o Currículo em Movimento, que para ter uma melhor análise a cerca de determinadas faixas etárias, foram criados 8 documentos do currículo em movimento. Divididos em: Pressupostos teóricos, Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Ensino Fundamental – anos finais, Ensino Médio, Educação profissional a distância, Educação de jovens e adultos, Educação especial e Processo de construção. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

A Educação Física, junto à proposta pedagógica da escola, é considerada componente curricular obrigatório da educação básica. Dentro das Leis Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 26, parágrafo terceiro, existem casos de prática facultativa previstas na Lei nº 10793/03, porém nenhuma das resoluções indica a dispensa ou isenção da aula. Outro ponto importante em frisar, é o que quando o aluno optar por não participar da prática da Educação Física Escolar, ele deve ficar presente em aula, para também ser avaliado. Os discentes apenas ficam isentos ou dispensados de participar da aula, quando estiverem impossibilitados de estar no âmbito da unidade escolar (CONFEEF, 2010)

A LDB não indica quantitativo de aulas para nenhuma disciplina, conseqüentemente a Educação Física também não. Alguns estados/municípios têm legislação determinando o quantitativo (800h/ano). Nos documentos do Currículo em movimento não são apresentados. (CONFEEF, 2010)

No final do século passado e início do século atual, algumas reformas curriculares foram feitas na rede pública de ensino do Distrito Federal (2000, 2002, 2008, 2010) com variações conceituais, de conteúdos, procedimentos e tempos-espços pedagógicos. Essa construção foi considerada na reformulação que culminou neste currículo que ora apresentamos (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Cabe salientar que esta sistematização não ignora, negligencia ou desqualifica a trajetória de outras iniciativas que construíram e constroem nossa história curricular no Distrito Federal (DF). Para que o currículo da Educação Básica seja de fato um “documento de identidade” (SILVA, 2003) que oriente as escolas públicas do Distrito Federal, a secretaria de Estado de Educação iniciou, em 2011, um movimento coletivo que envolveu professores (as), estudantes, coordenadores (as) pedagógicos, gestores dos níveis local, intermediário e central para discutir o Currículo, estruturação no ano de 2010, de caráter experimental, e propôs uma nova estruturação teórica e metodológica desse importante instrumento entendido como campo político- pedagógico construído nas relações entre os sujeitos, conhecimentos e realidades. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Nesse processo dinâmico e dialético, novos saberes e experiências são considerados na relação com os conhecimentos produzidos pelas ciências, sendo educandos e educadores protagonistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar na educação básica, tendo o currículo como referência. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

“Currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos e naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz.” (SILVA, 2003)

Análise e discussão dos dados – Currículo em Movimento

Em análise feita do Currículo em Movimento, foi identificado que a Secretaria de Educação do Distrito Federal assume a perspectiva pedagógica em relação a Educação Física a respeito da proposta que visa a concepção de Educação Integral na visibilidade social a grupos e segmentos sociais, cooperando para a mobilidade social e a garantia de direitos, contemplando as diversas dimensões da formação humana, no comprometimento de diferentes atores sociais com o direito de aprender, reconhecendo os(as) estudantes como sujeitos de direitos e deveres e na busca da garantia do acesso e da permanência dos(as) estudantes com sucesso.(DISTRITO FEDERAL, 2013)

A proposta de Educação Integral da SEDF tem o objetivo de provocar uma ruptura estrutural na lógica de poder punitivo e fortalece a responsabilização com a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Colabora para a formação de um ser menos consumista, mais ético consigo mesmo, solidário com o próximo e integrado com a natureza que o circunda. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

A Educação Integral, fundamento deste Currículo, tem como princípios: integralidade, intersectorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada, o que possibilita a ampliação de oportunidades às crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização de fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo de Educação Básica. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Com o intuito de responder questões que ocorreram dentro desse estudo, a respeito do sentido da criação desse documento, seus objetivos, metodologia, recursos materiais, avaliação e conteúdos propostos.

A análise feita no Documento não encontrou nada que determine e/ou norteie a metodologia, os recursos materiais e a avaliação a ser aplicada pelo docente da rede pública de ensino.

Na análise feita, detectou-se que no documento do Currículo em Movimento “Pressupostos Teóricos” em nenhum momento trata diretamente sobre a Educação Física, mas sim mostra a visão que a SEDF tem e acredita referente a Educação como um todo no DF.

Em outro livro do documento, referente a “Educação Infantil”, em nenhum momento foi citada a Educação Física e/ou Professor de Educação Física. Este documento traz a visão, os objetivos e quais aspectos merecem ser trabalhados nessa faixa etária, segundo no que a SEDF acredita. Um ponto importante a ser tratado, é que nenhuma disciplina em si é citada, mas sim diversos campos pedagógicos que devem ser tratados nessa faixa etária, em análise feita, o campo pedagógico que mais infere na área da Educação Física é o da Linguagem Corporal, sendo que o documento afirma que o conteúdo a se trabalhar dentro desse campo é o da Cultura Corporal do Movimento.

No livro do documento referente ao “Ensino Fundamental – anos iniciais” não foram encontradas descrições norteadoras a prática pedagógica do professor de Educação Física. Em análise feita as diversas disciplinas, quase todas foram encontradas e citadas neste livro, porém, a Educação Física em nenhum momento apareceu em tópicos como o de Ciências Humanas e da Natureza as disciplinas que foram elencadas para se trabalhar os conteúdos propostos foram História, Geografia e Ciências. Em outro livro do currículo a Educação Física foi encontrada na área de linguagens. O principal ponto marcante do documento (Ensino Fundamental anos finais) em relação à Educação Física são os objetivos e conteúdos, ambos são descritos em quadros divididos e separados por séries. Analisando os quadros encontrou-se que no 6º ano do Ensino Fundamental dos anos finais tem como principais objetivos a compreensão do corpo como um instrumento de expressão, a participação de atividades recreativas que trabalhem as habilidades motoras, que vivenciem e conheçam práticas corporais que desenvolvam elementos psicomotores e participem de brincadeiras que incentivem o espírito lúdico. Tendo esses objetivos como norte, dentre os conteúdos sugeridos estão: Expressão Corporal, Ritmo, Dança, Habilidades Locomotoras, Manipulativas e de Estabilidade Axial, e jogos em geral. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

No 7º ano do Ensino Fundamental anos finais têm como objetivos que os alunos participem de atividades recreativas que trabalhem habilidades motoras básicas e específicas que conheçam práticas corporais de forma orientada, recreativa e competitiva, colaborem na organização de eventos esportivos escolares, que reconheçam essas práticas corporais como meio de desenvolvimento de suas capacidades físicas, vivenciem e valorizem a sua consciência corporal por meio de atividades rítmico-expressivas esportivas, participem de práticas corporais adaptadas ao seu nível de desenvolvimento, criem e recriem brincadeiras de espírito lúdico e experimentem a criação e adaptação das regras das atividades propostas. Tendo esses objetivos, os conteúdos sugeridos são: Habilidades Locomotoras, Habilidade Manipulativas Propulsivas, Habilidade de Estabilidade Axial, Posturas Estáticas e Dinâmicas, Jogos em geral e formação de sistema de disputas. (DISTRITO FEDERAL, 2013)

Segundo o Currículo em Movimento da SEDF, no 8º ano do Ensino Fundamental os principais objetivos da Educação Física Escolar são; Desenvolver habilidade motoras básicas específicas utilizadas em modalidades esportivas, ginásticas e atividades rítmico expressivas, que os alunos conheçam as regras, técnicas e táticas dos esportes coletivos e individuais, participem na organização de eventos esportivos, compreendam processos histórico escolares, vivenciem danças folclóricas, regionais, ritmo, danças urbanas, músicas e jogos de cultura afro brasileira, vivenciar exercícios de alongamento e conscientização da consciência corporal, compreender a diversidade dos padrões de saúde, beleza e estética corporal, vivenciar atividades com trabalho em equipe, vivenciar situações problema dentro do jogo, vivenciar variados papéis assumidos em um contexto esportivo, compreender a disputa e o elemento de competição, aprender a lidar com diferentes tipos de situações com respeito, dignidade, solidariedade, com situações de gênero, criar, recriar e regatar brincadeiras, jogos, esportes e danças, participar de práticas corporais adaptando as suas capacidades físicas, conhecer noções básicas de nutrição associadas a um estilo de vida saudável e estabelecer a relação entre funções orgânicas e atividade física.

Sendo que os conteúdos propostos para o oitavo ano do ensino fundamental anos finais são: Regras de inclusão e participação das atividades esportivas e recreativas,

jogos adaptados e pré desportivos, iniciação aos esportes, lutas atividades circenses, ginásticas e dança, sistema de disputa, organização de equipes e competições, elaboração de regulamento, arbitragem, jogos cooperativos populares, danças folclóricas, estilos regionais e mundiais de dança, autocorreção postural, andar, correr, caminhar, sentar e se equilibrar, grupos musculares, diversidade de biótipos, padrões de estética impostos socialmente, marketing e consumo, anorexia, bulimia, vigorexia, alcoorexia; cooperação, integração, mediação não violenta de conflitos, práticas corporais alternativas, aptidão física, vitória e derrota, aceitação, respeito e ética; gênero e orientação sexual, asseio corporal, uso adequado de vestuário, cuidado na manipulação e higienização de alimentos, noções de grupos alimentares, pirâmide alimentar, funções e aparelhos do sistema orgânico.

Segundo o Currículo em Movimento da SEDF, no 9º ano do Ensino Fundamental os principais objetivos da Educação Física Escolar propostos para o seu plano pedagógico são: Conhecer e vivenciar técnicas ou táticas de jogos, lutas, esportes, ginásticas e atividades rítmico expressivas; participar na organização de eventos escolares, compreender os processos histórico sociais das brincadeiras, jogos, esportes, lutas e danças; vivenciar papéis esportivos, vivenciar exercícios de alongamento, conhecer e identificar conceitos necessários para a prática de atividade física, conhecer conceitos básicos de primeiros socorros, valorizar a consciência corporal, compreender a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal, analisando criticamente padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e preconceito, criar, recriar e resgatar brincadeiras, jogos, esportes, lutas e danças, participar de práticas corporais adaptadas as suas capacidades físicas, conhecer e vivenciar práticas corporais radicais e alternativas, estabelecer relação entre funções orgânicas e atividade física sendo capaz de elaborar um programa básico de condicionamento físico, compreender criticamente condições de trabalho ligadas ao mundo profissional relativo às atividades físicas.

Sendo que dentro desses objetivos propostos pelo documento da SEDF, os conteúdos propostos são: Jogos adaptados, pré desportivos, iniciação em esportes e lutas, atividades circenses, ginásticas e danças. Sistema de disputa, organização de equipes e competições, elaboração de regulamento, arbitragem, jogos cooperativos populares, danças folclóricas, estilos regionais e mundiais de dança, autocorreção

postural, andar, correr, caminhar, sentar e se equilibrar, grupos musculares, diversidade de biótipos participação social e princípios democráticos, padrões saúde, beleza e estética, práticas corporais alternativas, aptidão física, vitória e derrota, aceitação, respeito e ética; funções e aparelhos do sistema orgânico e profissionalismo no esporte (Médicos, fisioterapeutas, atletas, árbitros, psicólogos, nutricionistas, etc.)

Após análise feita no livro do Ensino Fundamental – Anos finais, esperava-se que nesse documento com o objetivo de nortear os docentes, teria de maneira mais clara e objetiva a proposta da Educação Física.

Para o documento do Currículo em Movimento - Ensino Médio, neste livro a Educação Física foi encontrada na área de “Linguagens” junta com Língua Inglesa, Espanhola, Portuguesa e Arte. Os conteúdos descritos na matriz curricular desta área ficam organizados de modo que possibilite a compreensão das línguas e das linguagens em termos de esferas discursivas didática, políticas, jornalísticas, artísticas, científicas, burocráticas, de gêneros discursivos, de novos e variados tipos e patamares de letramentos (digital, literário, científico etc.) com a intenção de legitimar sensibilidade, corpos, movimentos, percepções, sentimentos como importantes na construção de conhecimentos e no processo de aprendizagens. Referente aos conteúdos apontados para se trabalhar no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio a SEDF construiu o quadro com os conteúdos de todas as matérias da área de Linguagens de maneira aleatória e misturada, sendo apenas divididos por 3 categorias, sendo elas: Multiletramentos, Criatividade e Movimento; Multiletramentos, Apreciação Estética e Ética; Multiletramentos, Ciência, Reflexão e Análise Crítica. Sendo que em todas as categorias foram encontrados conteúdos da Educação Física.

Multiletramentos, Criatividade e Movimento

Nesta dimensão, o seu principal objetivo é que os conteúdos que sejam trabalhados nessa dimensão favoreçam as práticas sociais e culturais, marcadas por diversas linguagens, mídias, e tecnologias que constroem a dinâmica do mundo contemporâneo. Em relação ao primeiro ano do Ensino Médio a SEDF indica conteúdos a serem trabalhados, dentre eles estão as modalidades esportivas: Futebol, Voleibol,

Basquetebol e Handebol. Sendo que limitam as modalidades esportivas em apenas essas quatro modalidades; Cultura Corporal: O movimento como construção histórico-social; Funcionamento do organismo humano: Capacidades Fisiológicas, motoras, psíquicas e afetivas.

Para o segundo ano do Ensino Médio, o documento indica conteúdos como Caminhadas e corridas - Trabalho aeróbico e anaeróbico, Jogos Cooperativos, Aspectos Fisiológicos, Pedagógicos e socioculturais da capoeira, Cultura afro-brasileira e esporte, Avaliação Física, Cooperação como prática social: Jogos de integração, Concepção de mundo solidário, Cultura Corporal: O movimento como construção Histórico-Social.

Para o terceiro ano do Ensino Médio, os conteúdos encontrados indicados pela documento elaborado pela SEDF, estão Ginástica de Academia, Jogos e os sistemas táticos das modalidades esportivas, Esportes radicais e natureza, Percepção da cultura juvenil e suas transformações nos séculos XX e XXI, Cultura Corporal: O movimento como construção histórico-social, Danças Folclóricas e planejamento de eventos esportivos, estratégias de equipe, regras combinadas, interação pelas práticas, solução de problemas, Jogos de salão no auxílio da cognição, raciocínio lógico e solução de problemas, Esporte e Arte, Cooperação como prática social: Jogos de integração, Educação Física para pessoas com necessidades especiais, Esportes adaptados, Estrutura formal.

Multiletramentos, Apreciação Estética e Ética

Nesta dimensão no qual o seu principal objetivo é que os conteúdos que sejam trabalhados nessa dimensão favoreçam as práticas sociais, de cunho artístico e estético.

Em relação ao primeiro ano do Ensino Médio a SEDF indica conteúdos como Cooperação como prática social: Jogos de integração, Esporte e sexualidade e Nutrição Esportiva.

No segundo ano, conteúdos como: Avaliação física - Testes, protocolos e softwares utilizados, Capoeira na formação da identidade e cultura nacional (racismo, preconceito, inclusão e discriminação), Atividade aeróbias e anaeróbias.

E para o terceiro ano: Saúde, padrão de beleza e discursos midiáticos. Esportes radicais e a natureza, Danças Folclóricas, Planejamento de eventos esportivos, Lutas: história e concepções, Jogos e sistemas táticos de modalidades esportivas.

Multiletramentos, Ciência, Reflexão e Análise Crítica

Nesta dimensão, os conteúdos trabalhados devem favorecer a reflexão em torno do papel que as diversas linguagens exercem quando realizamos práticas sociais de natureza desportiva.

Para o primeiro ano do Ensino Médio da rede pública de ensino do DF, o documento criado pela SEDF indica conteúdos como: Noções de primeiros socorros, benefícios da prática de atividade física, Importância da atividade física para a saúde, Problematização de regras de jogos instrumento de criação e de transformação).

Para o segundo ano, conteúdos como: Promoção e preservação da saúde, Qualidade de vida, Esporte e a sexualidade, Esporte e economia.

E para o terceiro ano: Educação Física e mundo do trabalho, Educação Física e Lazer.

Coerência entre os objetivos e conteúdos propostos pelo Currículo em Movimento.

Para a elaboração de um planejamento de ensino, necessita-se de objetivos concretos, coerentes e completos. Na construção dos objetivos propostos, necessita-se que ao final do processo o aluno alcance o objetivo definido pelo docente.

Os conteúdos são o meio para trabalharem aspectos desejáveis para serem alcançados ao objetivo central do tema. No caso da elaboração do currículo em movimento, o documento possui o livro Ensino Fundamental – anos finais no qual está descrito diretamente quais os objetivos e conteúdos sugeridos pela SEDF para os professores trabalharem nas determinadas séries. Porém, em diversas partes, quando o currículo sugeriu um objetivo, ao mesmo instante estava falando de determinado conteúdo, por meio deste, notou-se que os autores desse Currículo construíram os objetivos e citaram os conteúdos dentro deles, dessa maneira, em alguns momentos no quadro referente aos conteúdos se repetiam os mesmos que já tinham sido citados nos objetivos. Segundo Darido (2003) para o planejamento didático de uma aula, os objetivos devem ser o primeiro a ser construído e os conteúdos sendo subsequentes como meio para trabalhar e alcançar a proposta do planejamento/aula.

No livro do Ensino Fundamental anos finais, aparentou que no momento de construção dos objetivos, foram pensados primeiramente nos conteúdos, pois dentro dos objetivos propostos encontram-se alguns conteúdos.

Conhecimento do Currículo em Movimento como critério de seleção de conteúdos dos professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Em análise das entrevistas realizadas detectou-se que das treze entrevistas realizadas, apenas seis professores falaram que usam o Currículo em Movimento como critério de seleção de conteúdos.

Dentro da amostra três professores responderam que depende da realidade e necessidade da escola, que na prática, as coisas funcionam de forma diferente. Um professor apontou a infra-estrutura como fator primordial como critério de seleção de conteúdo e outro regente falou que faz a avaliação diagnóstica da turma para selecionar os seus conteúdos.

Apenas dois professores não responderam um critério exato como seleção de conteúdo. As respostas da amostra desses professores da Secretaria de Educação do

Distrito Federal mostraram que menos da metade usa o Currículo em Movimento como critério de seleção de conteúdos.

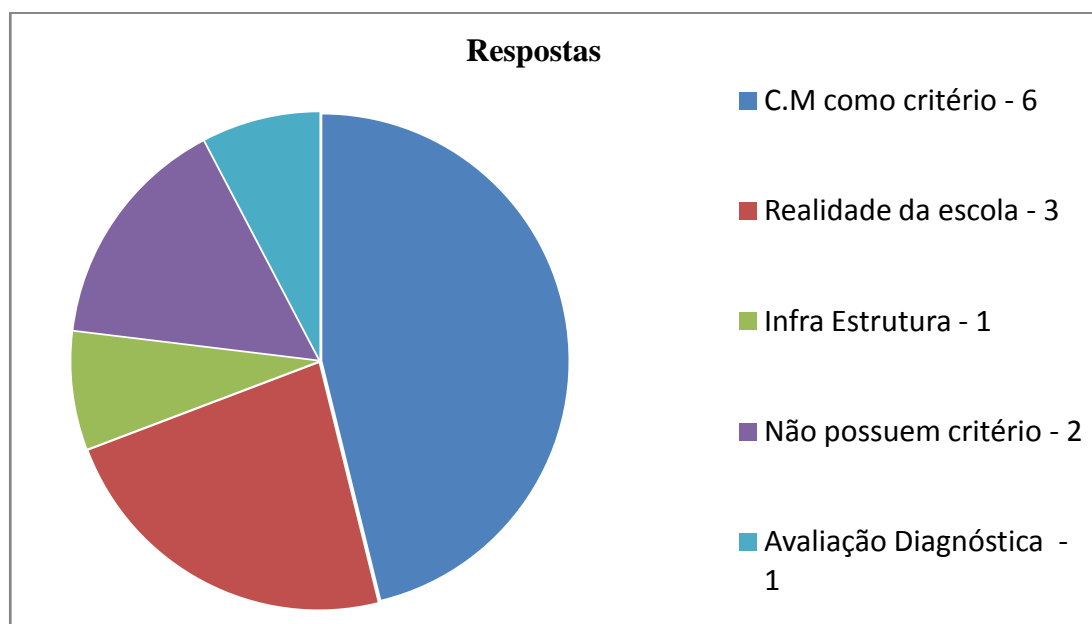


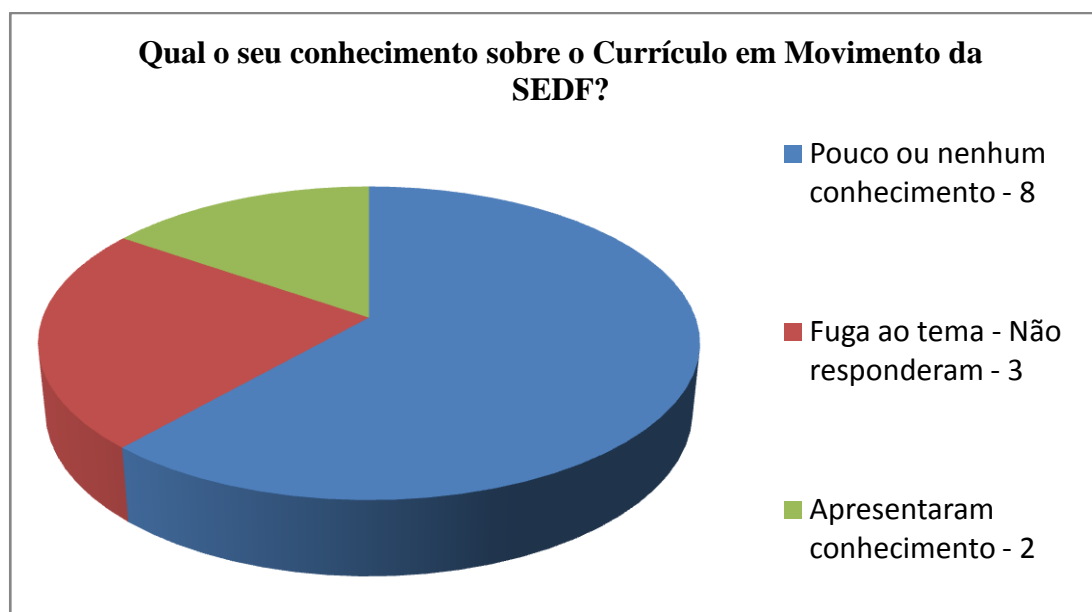
Gráfico 1 – Análise das respostas referente ao critério de seleção de conteúdos em coerência com o conhecimento do Currículo em Movimento.

Este documento oficial criado com o intuito de mostrar qual a percepção da SEDF em relação à Educação no Distrito Federal, mostrou que talvez pode não ser totalmente eficiente como parâmetro norteador para a seleção de conteúdos dos professores regentes, devido ao seu amplo quadro de objetivos e conteúdos propostos do livro do E.F – Anos Finais.

Em contrapartida detectou-se que um quarto dos professores falou que a seleção dos conteúdos depende da realidade da escola, por parte disso, respostas como que o critério usado são a “Avaliação Diagnóstica” e “Infra Estrutura” também se encaixam dentro da realidade/necessidade da escola. Essa mesma parcela respondeu que a realidade encontrada na escola é totalmente determinante para a seleção de conteúdos, dependendo também do caráter de ensino de determinada escola, às vezes tendo que trabalhar conteúdos que são importantes na visão da escola e em outros momentos conteúdos de acordo com o que o professor está se deparando em seu dia-a-dia.

Conhecimento do Currículo em Movimento

Em análise das respostas das entrevistas feitas, de um total de treze professores, oito apresentaram pouco ou nenhum conhecimento sobre o Currículo em Movimento, três fugiram do foco central da pergunta e não a responderam. Apenas dois professores, de um total de treze professores responderam e apresentaram conhecimento em relação ao Currículo da Secretária de Educação do Distrito Federal.



Com base nos dados, o estudo mostrou que na realidade, esse Currículo criado com o intuito de ser um documento norteador a prática pedagógica, na verdade ele não é nem lido e estudado pela maioria dos regentes da SEDF.

Isso pode ser um problema causado por falta de alinhamento e efetividade de gestão, pois quando os professores foram questionados em relação a visão de Educação, muitos apontaram a má gestão como fator relevante na qualidade do ensino Público.

Conclusão

Em revisão feita ao Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, mostrou que o objetivo central é a Educação Integral das crianças matriculadas na rede pública de ensino.

Nos livros do Ensino Infantil, Ensino Fundamental – Anos iniciais e do Ensino Médio, não possuem de maneira clara e descrita quais os reais objetivos e conteúdos referentes à Educação Física como componente curricular. Apenas o livro do Ensino Fundamental apresenta quadro simples que apontam quais os reais objetivos e conteúdos referente a cada série do ciclo dois do ensino fundamental.

Em todo o documento e nenhum momento a SEDF apresenta um modelo norteador a ser usado referente a aspectos de metodologia, avaliação e recursos materiais.

Já em um segundo momento metodológico, mostrou que este documento oficial criado com o intuito de mostrar qual a percepção da SEDF em relação à Educação no Distrito Federal, mostrou que pode não ser totalmente eficiente como parâmetro norteador para a seleção de conteúdos dos professores regentes na educação infantil e fundamental Anos Iniciais. E para o Ensino Fundamental – Anos Finais mostrou-se um documento mais claro e norteador referente aos objetivos e conteúdos.

Em consequência disso, a maioria dos regentes da SEDF, possuem pouco ou nenhum conhecimento desse Documento oficial, mostrando que talvez a implementação e o uso dele como um parâmetro norteador seja devido à falta de comprometimento, de alinhamento da equipe e a má gestão do ensino público.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Leis Diretrizes e Bases da Educação, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília – 1997

BORDIGNON, GENUÍNO; QUEIROZ, ARLINDO; GOMES, LEDA. O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL, Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf>, acesso em 22/10/2016

COSTA, PONTES, ANA CAROLINA; AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA DÉCADA DE 1920. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/03.pdf>>. Data de acesso em 22/11/2016.

Currículo em movimento da secretaria de educação do Distrito Federal – 2013. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/282-midias/443-curriculoemmovimento.html> - Acesso em 07/06/2016 às 16:45./

DARIDO, SURAYA. Educação Física na escola - Questões e Reflexões. Guanabara Koogan, 2003.

Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd171/a-importancia-da-educacao-fisica-na-formacao.htm> - Acesso em 31/05/2016 às 16:30.

Disponível em <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=523> – acesso em 25/10/2016 às 10:55.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12962-educacao-fisica-obrigatoriedade-da-disciplina> - acesso em 07/06/2016 às 17:45)

Disponível em <https://advalexandrers.files.wordpress.com/2010/04/historico-da-educacao.pdf> - Acesso em 08/11/2016 - às 11:20

Disponível em <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat4.pdf> - A Educação no Brasil – acesso em 11/11/2016.

LEITE, Serafim. Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal): 1549-1760. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.

LIMA, Lauro de Oliveira, Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 3.

ed. Rio de Janeiro: Brasília, [197].

NETO SHIGUNOV, ALEXANDRE; MACIEL BOMURA SHIZUE, LIZETE; O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. Scielo, Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR

RIBEIRO, SANTOS, MARIA LUÍSA. BRASIL. História da Educação. 20° edição. São Paulo: Autores Associados, 2001. [203]